

**A**RENOVAÇÃO da Historiografia portuguesa, a partir das décadas de 1960 e 1970, teve um desenvolvimento notável, afectando embora de forma diferenciada as distintas épocas ou áreas temáticas específicas. Talvez a afirmação de que os estudos sobre a Idade Média foram dos que mais se desenvolveram possa ser suspeita, vinda de um medievalista, mas não creio que seja difícil demonstrá-lo, olhando para o número de dissertações de mestrado e de doutoramento dedicadas a essa época, ou à criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, em 1985. Em boa verdade, uma trajectória que creio também comum à realidade espanhola.

Por outro lado, e agora através de um enfoque mais detalhado sobre as matérias com maior enfoque, é inegável o interesse que por aqueles anos despertou a História Económica e Social e, dentro desta última, os grupos eclesiástico e aristocrático, tendo em conta, por um lado, o facto de partilharem muitas vezes a mesma origem familiar e, por outro, a íntima relação entre o mundo monástico e o mundo da nobreza. De resto, foi o estudo renovado das instituições monásticas que conduziu muitas vezes ao estudo do grupo aristocrático, inseridos ambos como elemento primordial nos estudos de carácter regional ou local, que também por aqueles anos se começaram a desenvolver.

Mas, do meu ponto de vista, a alteração mais significativa que se verificou a partir de meados da década de 1970, e sobretudo dos anos de 1980, foi o da aproximação das historiografias portuguesa e espanhola, durante décadas marcadas por uma olímpica desconfiança, ou mesmo ignorância mútua. E, todavia, existiam alguns exemplos de uma prática de proximidade, visível nos historiadores do Direito, como o atesta as relações de Manuel Paulo Merêa com Claudio Sánchez Albornoz ou Luis García de Valdeavellano, e num ou noutro exemplo entre historiadores, como Virgínia Rau com Emilio Sáez e Luis Suárez Fernández. Todavia, estas relações circunscreviam-se à proximidade intelectual e pessoal, sem espelhar um relacionamento institu-

cional entre os Centros de Investigação ou as Universidades portuguesas e espanholas.

A minha geração teve a sorte de testemunhar o processo de aproximação entre as duas historiografias, e no meu caso concreto acabei por ser um interveniente directo, por integrar o grupo de medievalistas que prepararam a criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, com o apoio da sua congénere espanhola. Os contactos que então encetei, com o incentivo dos meus dois Mestres, José Mattoso e Luís Adão da Fonseca, abriram-me as portas do meio académico espanhol e criaram as pontes para o estreitar de laços de amizade com muitos colegas de várias universidades.

Um dos primeiros testemunhos materiais daquela aproximação foi o da realização de várias jornadas de estudos medievais que se prolongaram ao longo das últimas quatro décadas, quer de âmbito geral como mais local, e que favoreceram muito o contacto pessoal e institucional entre académicos. Por outro lado, o crescente ritmo de mobilidade discente e docente também permitiu que vários estudantes de doutoramento dos dois países cruzassem as fronteiras recíprocas, para receberem uma orientação científica compartilhada, ou mesmo a concretização de bolsas de pós-graduação no país vizinho.

Por isso, já hoje não causa qualquer surpresa o estabelecimento de protocolos de cooperação ao abrigo dos programas Erasmus+ entre várias universidades portuguesas e espanholas, processo que tenderá a intensificar-se. A minha bem conhecida e assumida postura de aproximação à historiografia espanhola e a Espanha de uma maneira geral, de que talvez seja a marca mais evidente o facto de ter criado a única cadeira de História Medieval Peninsular que se ministra em universidades portuguesas, desde 1999, sempre me animou a conduzir os meus orientandos para centros ou universidades desse país.

A proximidade com a Galiza, e as excelentes relações que sempre mantive com os colegas de Santiago de Compostela, fosse do Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento ou do Departamento de Historia da Faculdade de Geografia e História, facilitaram muito o intercâmbio de estudantes, e recordarei sempre a frutuosa passagem dos Doutores Pablo S. Otero Piñeyro Maseda e Carlos Andrés González Paz pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como as de Sofia Gomes da Costa e de João Paulo Martins Ferreira por Santiago de Compostela, beneficiando da amizade e do apoio do CSIC e da USC.

Como é óbvio, estes intercâmbios não seriam compreensíveis sem uma profunda ligação pessoal, de estreitíssima amizade, com os Professores Eduar-

do Pardo de Guevara y Valdés, Director do Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, e Ermelindo Portela Silva, Catedrático de História Medieval da Universidade de Santiago de Compostela. Amizade e contactos reforçados ao longo dos anos pela participação em congressos, por visitas recíprocas e pela discussão amiga e interessada pelos temas que nos apaixonam. De resto, o Instituto de Estudios Gallegos é de há muitos anos uma referência no panorama hispânico, quer no âmbito dos estudos sobre a Idade Média em geral, mas muito em particular quanto ao grupo nobiliárquico, como facilmente se pode verificar pelas dezenas de congressos e publicações sobre essa temática.

Não é por acaso, assim, que a dissertação de doutoramento que agora se publica, defendida publicamente em 2016 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e que obteve a máxima classificação do júri, também seja resultado de uma fecunda relação com o Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento, onde o Doutor João Paulo Martins Ferreira beneficiou de uma estância de dois anos, entre Outubro de 2011 e Novembro de 2013. Durante esse período, de intenso trabalho de pesquisa bibliográfica e documental, o autor desta monografia beneficiou da amabilidade dos responsáveis de diversos organismos, desde os Arquivo Catedralício de Tuy e da Universidade de Santiago de Compostela até à biblioteca do Padre Sarmiento, onde encontrou, neste último, uma segunda casa e um ambiente de elevada cultura científica e humana, que o Doutor Martins Ferreira por certo nunca esquecerá e que eu, como seu responsável científico, jamais poderei retribuir.

\*

O tema e a execução desta dissertação, que nasceu por minha sugestão, depois de o Autor ter elaborado uma dissertação de mestrado que já punha em evidência a importância das relações transfronteiriças —e permita-se-me que aqui refira também o nome da Doutora Inés Calderón Medina, hoje professora de História Medieval na Universidade das Ilhas Baleares, com quem tenho o gosto de trabalhar há vários anos, e que também esteve no Porto durante um biénio sob a minha orientação, no quadro de uma bolsa de pós-doutoramento, por recomendação do seu Mestre e meu ilustre Colega e Amigo, o Prof. Pascual Martínez Sopena, pois também ela é uma das maiores especialistas sobre aquelas referidas relações entre Portugal e a Coroa de Castela, em particular os reinos da Galiza e de Leão—, pelo desconhecimento que havia sobre as relações sociais, e em particular do grupo aristocrático, entre o Alto Minho e a Galiza meridional.

Esse desconhecimento, decorrente da exiguidade de documentação medieval para aquela região, e que muito me penalizara quando preparava a minha dissertação de doutoramento sobre a nobreza portuguesa do período dionisino, era um dos exemplos mais acabados desse distanciamento entre as historiografias dos dois países vizinhos, tanto mais de estranhar quanto as relações entre a Galiza e o Norte de Portugal sempre foram de grande proximidade e afabilidade. O facto, porém, de a grande maioria da documentação sobre o Alto Minho se encontrar nos acervos monásticos galegos, fez com fossem desconhecidos dos historiadores portugueses e pouco valorizados pelos colegas espanhóis, pois diziam respeito a um território situado para lá da sua fronteira.

Creio, assim, que para lá dos muitos méritos deste profundo trabalho de investigação, um dos que eu mais valorizo foi o romper de barreiras que pouco, ou nenhum significado terão tido para os homens que viveram num tempo e num espaço diocesano que abrangia as duas margens do rio Minho, ou seja, que assentava em dois espaços políticos diferentes.

Desta forma, a opção metodológica de uma perspectiva de longa duração, alicerçada num amplo conjunto de fontes, muitas das quais inéditas, permitiu ir bastante mais longe no conhecimento do grupo aristocrático galego-português, objectivo principal do trabalho, como é óbvio, mas também perceber os mecanismos que permitiram manter um contacto tão prolongado entre as duas regiões, para além dos marcos políticos e fronteiriços que em teoria as deveriam ter separado, numa análise articulada entre a evolução da diocese tudense e a configuração do grupo aristocrático que também foi um dos seus eixos fundamentais.

Por outro lado, e do estricto ponto de vista da história da nobreza medieval portuguesa, cuja referência máxima continuará por muito tempo a ser a obra de José Mattoso, este trabalho de João Paulo Martins Ferreira vem reforçar, com argumentos de grande solidez, a impressão que já tínhamos, mas sem muitos fundamentos empíricos, de que a nobreza que se impõe na segunda metade do século XI, isto é, a dos Infanções, tinha muito mais ligações de sangue com a desaparecida nobreza condal do que habitualmente se suponha. Em boa verdade, houve muito mais continuidade genética entre ambas, com as consequências políticas e sociais dali decorrentes. Assim sendo, talvez não fosse por acaso que, nos finais do século XIII, o autor do *Livro Velho de Linhagens*, soubesse perfeitamente o porquê do destaque dado às linhagens dos de Sousa, Braganções, da Maia, de Baião e de Riba Douro sobre as demais; pergunto-me se, para aquele monge do mosteiro de Santo Tirso, não seria

evidente que elas descendiam da velha nobreza condal, e que por isso mesmo se distinguiam?

\*

Resta-me agradecer, enquanto responsável científico da dissertação que sustenta a monografia que agora chega às mãos dos estudiosos, e como colega, a generosa abertura da colecção de *Anejos de Cuadernos de Estudios Gallegos*, ligados e uma revista prestigiada no meio académico e chancela de rigor e qualidade científicos e que, para além do mais, se insere no quadro dos projectos de investigação «La casa senñorial en Galicia (siglos XIII-XVI). Materiales para su estudio» —HAR2017-82480-P, IP Dr. Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, financiado pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, a Agencia Estatal de Investigación (AEI) e o Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER) (Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia. Subprograma Estatal de Generación de Conocimiento— e «Da Memória Escrita à Leitura do Espaço: Pedro de Barcelos e a identidade cultural do Norte de Portugal» —MELE (Ref.<sup>a</sup> POCI-01-0145-FEDER-032673), IP Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Ferreira, financiado pela FCT e União Europeia, através do programa Compete 2020 e do Fundo de Desenvolvimento Regional—.

Finalmente, espero que esta publicação anime os investigadores mais jovens, para que se dediquem com empenho no estudo e investigação sobre matérias que possam aproximar mais os investigadores hispânicos. Desde logo, e para além de toda a sua valia científica e historiográfica, esse seria um dos seus maiores méritos.

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTOMAYOR-PIZARRO

Faculdade de Letras / U. Porto - CEPESE  
Academia das Ciências de Lisboa  
Real Academia de la Historia